ARQUIMEMÓRIA 6
SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

IDENTIDADE CABOCLA EM SANTA CATARINA: RESISTÊNCIA E RECONSTRUÇÃO

IDENTIDAD CABOCLA EM SANTA CATARINA: RESISTENCIA Y RECONSTRUCCIÓN

CABOCLO IDENTITY IN SANTA CATARINA: RESISTENCE AND RECONSTRUCTION

Eixo 2 – Patrimônio, sociedade e diversidade

Lilian Louise Fabre Santos
Mestra em Preservação do Patrimônio Cultural, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: lilian.fabre@ufsc.br

Soraya Nór
Doutora em Geografia, Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: soraya.nor@ufsc.br

Resumo:
O artigo investiga a identidade cabocla no estado de Santa Catarina, que, apesar de frequentemente ser desvalorizada e silenciada, persiste e se reconfigura em resposta às políticas de apagamento cultural. Santa Catarina, marcada por uma narrativa predominante de herança europeia, tem historicamente negligenciado as contribuições e a presença cabocla em sua formação sociocultural. O objetivo deste artigo é investigar como a identidade cabocla catarinense resiste e se reconstrói apesar das políticas de apagamento a qual são historicamente sujeitos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada no materialismo histórico dialético. O recorte territorial abrange a Mesorregião do Planalto Serrano Catarinense, através da observação direta em eventos regionais rurais do Grupo Renascença Cabocla (localidade de Taquaruçu/SC). O estudo analisa a evolução histórica da identidade cabocla desde a colonização portuguesa até os dias atuais, incluindo a resistência durante a Guerra do Contestado e o impacto das políticas públicas e da historiografia oficial. Os resultados mostram que, embora o significado do "ser caboclo" ainda seja pouco claro e frequentemente estigmatizado, práticas culturais e sociais persistem nas áreas rurais. O artigo conclui que a identidade cabocla está ameaçada e urge uma discussão que desvele a presença e a importância dos caboclos na construção histórica e cultural do estado, especialmente da Mesorregião Planalto Catarinense. Bem como, é fundamental o apoio às ações comunitárias existentes que resistem e fortalecem a identidade cabocla preservando suas referências culturais. A reconstrução e fortalecimento da identidade cabocla é um ponto fundamental para que este grupo seja incluído nas discussões sobre o patrimônio cultural catarinense e, que a partir disso, amplie uma visão mais diversa, completa e justa sobre a formação cultural e identitária deste estado.
Palavras-chave: Identidade cabocla; Guerra do Contestado; Santa Catarina.

Resumen:
El artículo investiga la identidad cabocla en el estado de Santa Catarina, que, a pesar de ser frecuentemente devaluada y silenciada, persiste y se reconfigura en respuesta a políticas de borrado cultural. Santa Catarina, marcada por una narrativa predominante de herencia europea, ha descuidado históricamente las contribuciones y la presencia cabocla en su formación sociocultural. El objetivo de este artículo es investigar cómo la identidad cabocla en Santa Catarina resiste y se reconstruye a pesar de las políticas de borrado a las que históricamente están sujetos. La investigación adopta un enfoque cualitativo y exploratorio, basado en el materialismo histórico dialéctico. El ámbito territorial abarca la Mesorregión del Planalto Serrano Catarinense, a través de la observación directa en eventos rurales regionales del Grupo Renascença Cabocla (localidad de Taquaruçu/SC). El estudio analiza la evolución histórica de la identidad cabocla desde la colonización portuguesa hasta la actualidad, incluyendo la resistencia durante la Guerra del Contestado y el impacto de las políticas públicas y la historiografía oficial. Los resultados muestran que, aunque el significado de "ser caboclo" aún es poco claro y frecuentemente estigmatizado, las prácticas culturales y sociales persisten en las áreas rurales. El artículo concluye que la identidad cabocla está amenazada y urge una discusión que revele la presencia y la importancia de los caboclos en la construcción histórica y cultural del estado, especialmente de la Mesorregión del Planalto Catarinense. Además, es fundamental apoyar las acciones comunitarias existentes que resisten y fortalecen la identidad cabocla, preservando sus referencias culturales. La reconstrucción y el fortalecimiento de la identidad cabocla es un punto fundamental para que este grupo sea incluido en las discusiones sobre el patrimonio cultural catarinense y, a partir de esto, se amplíe una visión más diversa, completa y justa sobre la formación cultural e identitaria de este estado.
***Palabras-clave**: Identidad Cabocla; Guerra del Contestado; Santa Catarina*

Abstract:
The article investigates the caboclo identity in the state of Santa Catarina, which, despite often being devalued and silenced, persists and reconfigures in response to policies of cultural erasure. Santa Catarina, marked by a predominant narrative of European heritage, has historically neglected the contributions and presence of caboclos in its socio-cultural formation. The objective of this article is to investigate how the caboclo identity in Santa Catarina resists and reconstructs itself despite the erasure policies to which they are historically subjected. The research adopts a qualitative and exploratory approach, based on historical dialectical materialism. The territorial scope encompasses the Mesoregion of the Santa Catarina Plateau, through direct observation at regional rural events of the Renascença Cabocla Group (Taquaruçu/SC locality). The study analyzes the historical evolution of the caboclo identity from Portuguese colonization to the present day, including resistance during the Contestado War and the impact of public policies and official historiography. The results show that, although the meaning of "being caboclo" is still unclear and often stigmatized, cultural and social practices persist in rural areas. The article concludes that the caboclo identity is threatened and urgently needs a discussion that reveals the presence and importance of caboclos in the historical and cultural construction of the state, especially in the Santa Catarina Plateau Mesoregion. Additionally, it is essential to support existing community actions that resist and strengthen the caboclo identity, preserving their cultural references. The reconstruction and strengthening of the caboclo identity is a fundamental point for this group to be included in discussions about Santa Catarina's cultural heritage, and, from this, to broaden a more diverse, complete, and fair view of the state's cultural and identity formation.
***Keywords:** Caboclo Identity; Contestado War; Santa Catarina.*

ARQUIMEMÓRIA 6
SALVADOR-BAHIA-BRASIL 2024

IDENTIDADE CABOCLA EM SANTA CATARINA: RESISTÊNCIA E RECONSTRUÇÃO

INTRODUÇÃO

Caboclo é um termo bastante utilizado em todo o Brasil, geralmente de maneira pejorativa, relacionando ao caboclo as qualidades rurais, descendência indígena e "não civilizada", que contrastam com as supostas qualidades urbana e branca do grupo hegemônico. Porém, em alguns estados, como é o caso de Santa Catarina, caboclo é uma identidade cultural, que poderia ter suas referências reconhecidas como patrimônio, se seus modos de vida não fossem discriminados e suas práticas culturais silenciadas. Este artigo tem como objetivo investigar como a identidade cabocla catarinense resiste e se reconstrói apesar das políticas de apagamento a qual são historicamente sujeitos[1].

Santa Catarina é um estado localizado na região sul do Brasil, cuja formação sociocultural é historicamente marcada pela diversidade de grupos culturais, porém, ideologicamente a narrativa é de que se constitui num estado branco, europeizado, homogêneo. Até o momento, as políticas públicas de patrimônio cultural de Santa Catarina não têm sido um instrumento que evidencia a diversidade cultural presente na formação deste estado, mas sim, vêm reforçando a ideia de predominância das referências culturais trazidas pelos europeus (principalmente de origem alemã e italiana) e mantidas por seus descentes (Pistorello, 2020). Neste contexto, destaca-se a importância do resgate e reconstrução de identidades ameaçadas, como é o caso dos caboclos, e pela necessidade de elaboração de subsídios para futuras políticas públicas de preservação do patrimônio que valorizem a diversidade cultural.

Caboclos é uma categoria de classificação social complexa que inclui dimensões geográficas, étnicas e de classe. A literatura existente sobre o tema aponta elementos como conhecimentos sobre a natureza transmitidos de geração a geração por meio da oralidade; a perpetuação da crença no Monge João Maria; a valorização do meio comunitário e familiar; o trabalho voltado à subsistência e sem interesse no acúmulo de capital (Brandt e Nodari, 2011), mas também aponta que, o que forjou o caboclo, foi o processo de colonização do território, que causou sucessivas expropriações e os movimentos de migração entre áreas rurais e urbanas (Renk, 2008).

O estudo reflete sobre o silenciamento histórico dos caboclos e de suas práticas culturais, além de analisar algumas iniciativas de retomada e reconstrução desta identidade como estratégia frente aos conflitos contemporâneos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada no materialismo histórico dialético. O recorte territorial abrange a Mesorregião do Planalto Serrano Catarinense (Figura 1), bem como a observação direta em eventos regionais rurais do Grupo Renascença Cabocla (localidade de Taquaruçu).

[1] Este artigo é parte de uma pesquisa de tese em andamento do Programa Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

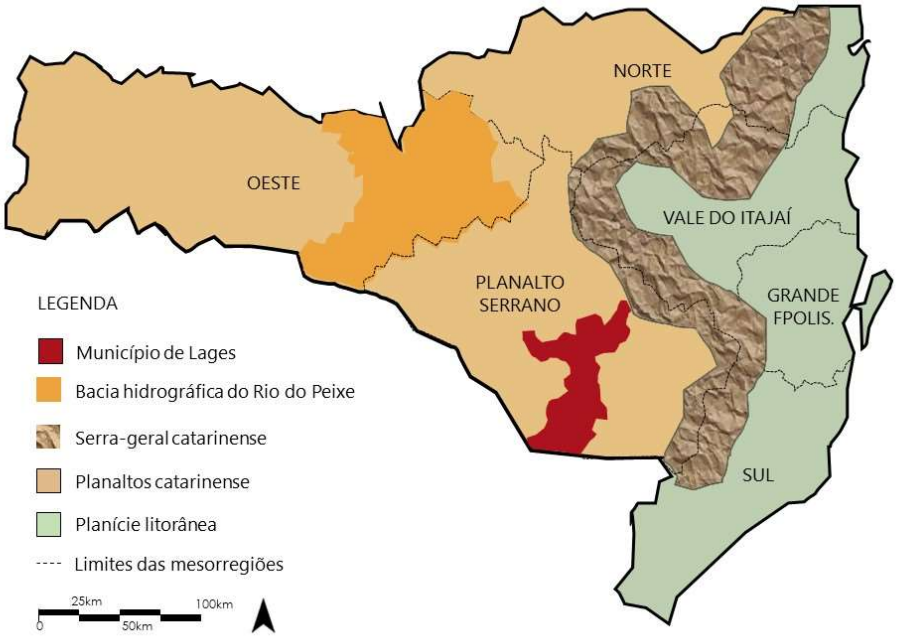

Figura 1: Mapa esquemático da morfologia e divisão administrativa de Santa Catarina. IBGE (2023) adaptado pelas autoras.

Nesta pesquisa tratamos a categoria caboclo como uma identidade cultural, para além da característica étnica e da condição socioeconômica. Porém, não podemos perder de vista que a identidade cabocla, como qualquer identidade, não é um fato consumado, mas sim uma produção que nunca se completa e sempre se constitui internamente à representação (Hall, 1996). Partimos do entendimento que as identidades são construções discursivas, posicionais e estratégicas, que emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder, para acompanhar os caboclos nas suas diversas trajetórias históricas (Hall, 2008).

Hall (2008) é preciso ao afirmar que as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, e que "precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas" (Hall, 2008 p.109). Por este motivo tal pesquisa não pretende discutir a identidade cabocla no Brasil, apesar de ela se manifestar em diversas formas e territórios. Porém, é necessário compreender o contexto estadual de Santa Catarina para analisar as relações, conexões e rompimentos percebidos no recorte da pesquisa.

Desenvolveremos o estudo sobre a identidade cabocla em Santa Catarina a partir dos processos históricos e espaciais em que foi e segue sendo gerada, com vista de compreender a relação entre fatos históricos específicos e as modificações nos discursos sobre a identidade cabocla. A imposição discursiva de outros grupos sobre o que seria o "ser caboclo" é tão intensa que cada momento histórico específico gerou outros predicados que conduzem esta linha do tempo e aumentam a carga pejorativa da identidade cabocla catarinense, conforme trataremos no artigo.

A IDENTIDADE CABOCLA PROCESSUAL

Peão, roceiro, nômade

Não é possível definir temporalmente o que seria o início da formação dos caboclos catarinenses, mas podemos nos arriscar a demarcar um ponto de início espacial: a Mesorregião do Planalto Serrano. Já que a categoria "caboclo" aqui estudada não parte apenas da miscigenação étnica, por meio do contato entre o colonizador com o indígena e o negro, e sim da interação social no contexto específico deste local interiorano, parcialmente isolado do restante do estado, que é cruzado pelo Caminhos das Tropas entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, que proporcionou uma gama de trocas comerciais e culturais (Figura 2).

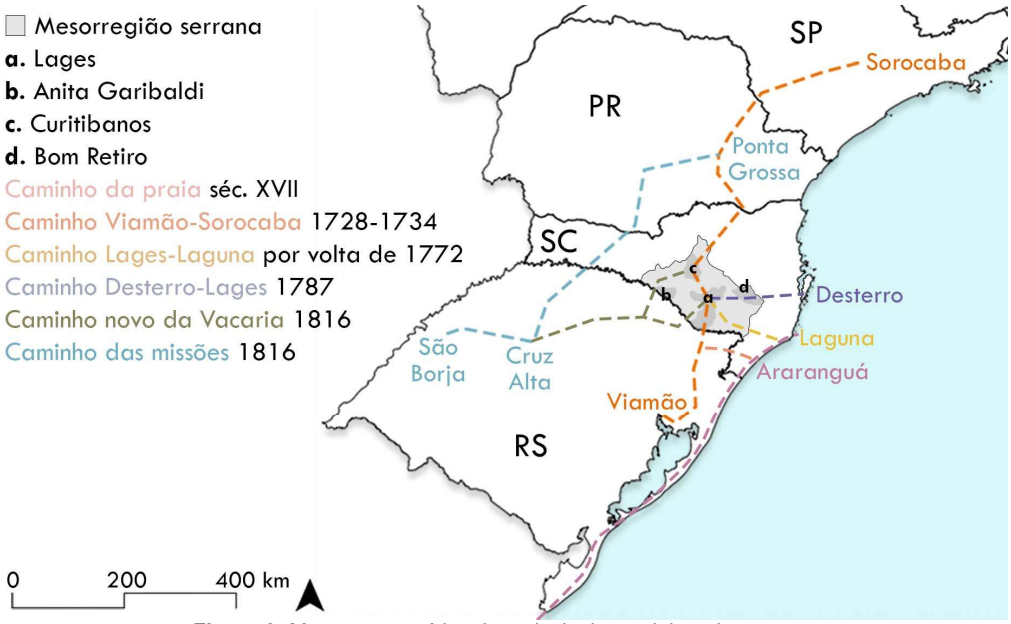

Figura 2: Mapa esquemático dos principais caminhos de tropas.
SANTOS, 2020, p. 63. Adaptado por SANTOS, L.L.F. et al., 2023.

Em um primeiro momento, o caboclo foi identificado como o trabalhador das grandes fazendas de produção pecuária para alimentar este comércio (Jesus, 1991). Esse contexto, que se estende praticamente do século XVIII à segunda metade do século XX, "constata-se o domínio do fazendeiro, cimentado no poder econômico da pecuária, com base na grande propriedade e no poder político, gerado pelo fenômeno do coronelismo de cujos poderes resultou a organização de uma sociedade do tipo patrimonialista" (Jesus, 1991, p.16).

Jesus (1991) aponta que esta primeira fase, basilar para a formação pastoril e roceira do trabalhador rural, parte da concentração dos meios de produção nas mãos de um reduzido número de fazendeiros que transformam a pecuária extensiva na principal atividade produtiva e, portanto, no fundamento econômico da sociedade serrana em geral. Nestes locais, ao mesmo tempo de trabalho e de vida, se deu a construção dos saberes, dos conhecimentos e das habilidades dos caboclos peões e roceiros. "Com esse acervo de conhecimento e de práticas, tornavam-se em suas formas de trabalho, tipos de trabalhadores qualificados" (Jesus, 1991, p.16).

O desenvolvimento da formação do peão catarinense está vinculado às suas próprias experiências práticas realizadas no cumprimento das tarefas especificas da pecuária extensiva. A criação de gado e de outros animais exigia do trabalhador peão a criatividade, conhecimentos, técnicas e muita habilidade. Assim, o caboclo serrano que tinha na fazenda de gado o lugar de trabalho e de vida, iniciava já desde de criança a aprendizagem da cultura e da tradição, bem como o tratamento das habilidades exigidas pelo ofício de peão (Jesus, 1991, p. 73).

Para Jesus (1991), cabe observar que a forma como se desenvolveu a formação do peão catarinense, com base na reunião dos meios de produção em mãos dos fazendeiros, caracteriza uma realidade de trabalho que se definiu historicamente dentro de um contexto de práticas de opressão, de dominação e de exploração. Assim, frente às condições de isolamento e o desamparo, essa camada social de trabalhadores não se desenvolveu no sentido de trabalhadores autônomos, mas como trabalhadores dependentes, a classe historicamente subalterna.

Os caboclos que não se sujeitaram a viver sob o poder dos grandes proprietários, adentraram pelos rincões em busca de alternativas de sobrevivência, tornando-se pequenos agricultores, meeiros, arrendatários que, possuindo ou não um pedaço de terra, eram mantidos basicamente pela agricultura de subsistência (Bloemer, 2000). Para tentar essa forma de ascensão social, antigos peões e agregados de fazendas de Lages deslocavam-se para novas regiões a procura da possibilidade de serem pequenos posseiros, expandindo a fronteira agrícola no Planalto Serrano.

Nesse caboclo roceiro destaca-se a influência da cultura indígena, ao preservar métodos e técnicas de preparação da terra, plantio e colheita da pequena lavoura de milho, feijão, batata e moranga. O milho constitui a base da sua alimentação complementada pela carne, mel e frutos silvestres, principalmente o pinhão (Jesus, 1991). Neste ponto, voltamos a lembrar do caboclo a partir da perspectiva étnica no intuito de realçar a origem da sua relação intrínseca com a floresta de araucária. De acordo com estudos recentes (Robinson et al., 2018), a expansão da floresta da araucária no Holoceno (época geológica anterior ao Antropoceno) não se deu puramente devido à evolução natural, mas também pela atuação dos indígenas Proto–Jê e Kaingang que transportavam, armazenavam e processavam as suas sementes: os pinhões. Estas sementes não só fazem parte da sua dieta tradicional, mas também estão associadas ao conceito de territorialidade, apresentando um papel relevante na determinação da identidade desses povos originários.

Neste sentido, os caboclos como “herdeiros” de tais práticas preservam e contribuem para a “produção” da floresta. Além das relações no trabalho e na alimentação, sobressaem a influência indígena na cultura medicinal dos caboclos, que têm domínio das propriedades terapêuticas de ervas, folhas e raízes locais. Também na fabricação de balaios e cestos de taquaras, bruacas de couro, gamelas, canoas e remos de madeira e no profundo respeito pela natureza (Jesus, 1991).

A moradia desses caboclos é geralmente tida como um “casebre” ou “rancho” construído de forma simples e “tosca” com madeira bruta, lascada ou fraquejada à força de machado, coberto de pequenas taboinhas de madeira na forma de quadriláteros (Figura 3). O piso interno de chão batido, sempre contando com a cozinha-de-chão onde o fogo permanente deixava a marca da fumaça escurecendo as paredes e telhados. Não havia instalações sanitárias internas ou externas. Próximo à edificação de moradia, localizava-se uma pequena lavoura, cultivada pela família. O caboclo roceiro criava alguns animais como porcos e galinhas, e fabricava algumas ferramentas para uso próprio no trabalho e de alguns utensílios domésticos (Jesus, 1991; Martendal,1980).

Figura 3: Cartão Postal enviado por Frei Pedro Sinzig, aprox. 1902. Ilustra uma moradia de caboclos em Lages. Acervo de Fabiano Teixeira dos Santos.

Os costumes ditados por princípios religiosos e míticos, são reforçados e explicitados pelos 'causos'. "Sintomático neste sentido, era o linguajar, onde de metáforas cristalizadas tais como "como diz o causo" e "como conta a história" são acentuadas continuamente no decorrer das conversas, como se subentendessem argumentos confirmativos" (Martendal, 1980, p.39). Dessa maneira, o caboclo passou a ser descrito como sendo um indivíduo que vive extremamente em um "mundo mágico e misterioso", o qual, toda vez que vê alguma estátua de madeira ou alguma imagem do seu Santo preferido, São Jorge ou São Sebastião, e outros como São Cosme, São Damião, posta-se de joelhos e introduz as suas orações e promessas. Os milagres, os espectros, os duendes, os fantasmas, o inferno, as maldições, os maus olhados, e mil e outras visões dessa natureza, são os; assuntos mais comuns das conversas entre os caboclos serranos, sendo que, quanto mais extraordinárias são essas coisas, com tanto maior prazer são elas ouvidas e facilmente acreditadas (Jesus, 1991, p.45). Os "causos" são uma forma de expressão ainda muito presente na sociabilidade do caboclo, que foram incorporados e reproduzidos pela população serrana em geral. É comum na região que uma pessoa, ao iniciar alguma história que tem um pouco de fantasia ou uma frase que contenha alguma sabedoria popular, com o uso dos termos "como diz o caboclo".

Retomando à contextualização histórica, para além dos campos e das grandes fazendas da região do Planalto Serrano, havia principalmente ao norte e ao oeste, vastas florestas, que, segundo Moretto e Brandt (2019, p.176) "enquanto a atividade pastoril dominava a economia e a paisagem dos campos, as florestas representavam um espaço marginal". A população que vivia na floresta, poderia viver da criação de animais, e a fitofisionomia propiciava o extrativismo da erva-mate, a caça, a pesca e a agricultura de subsistência. Enquanto Martendal (1980) e Jesus (1991), em suas pesquisas, dividiam o caboclo da região serrana em "caboclo peão" e "caboclo roceiro", Renk (2009) que realiza pesquisas na região do Oeste catarinense, aponta que é possível dividir a população cabocla do período em dois segmentos: sedentários e nômades. Entre os primeiros estão pequenos comerciantes e donos de sítios e faxinais com infraestrutura mais elaborada. Suas relações com a

população cabocla que se deslocava eram de parentesco, compadrio e amizade. A população sedentária tinha como prática a "roça cabocla", caracterizada, conforme Renk (2009, p. 107), por "uma prática costumeira de dividir espacialmente as terras em terras de plantar e terras de criar". Sendo que as terras de plantar ficavam longe de casa, exigindo horas de deslocamento e a cada plantio escolhiam nova área, dada a imensidão e a baixa ocupação das terras. As terras de criar ficavam nos faxinais ou nas campinas, nas quais os animais pastavam soltos, desconhecendo a instituição da cerca (Renk, 2009).

Os caboclos sempre se consideravam pobres, mas com o suficiente para viver e com escassas relações de mercado, realizando trocas de produtos como mel e carne. Predominavam entre eles as relações de parentesco espiritual, ou seja, o compadrio, as doações e a partilha para as festas comunitárias de seus santos. Seguiam o catolicismo popular, mas raras vezes encontravam assistência do clero católico ou de outro credo. Nessas festas para os santos, como traço invariante, havia a doação dos gêneros alimentícios e posterior partilha e cantorias, eram festas de "adoar", a monetarização não era praticada. Era sempre o momento de reunir os dispersos, rever parentes e amigos e reafirmar os vínculos da sociabilidade cabocla.

Enquanto na Mesorregião do Planalto Serrano dominava o latifúndio, as regiões ao norte e oeste eram pouco ou nada delimitadas, possibilitando que os caboclos circulassem livremente ocupando-as e extraindo sua subsistência. Situação que se alterou com a Lei de Terras de 1850 e trouxe a necessidade da demarcação das terras e a definição mais precisa das propriedades individuais.

Posseiro, agregado[2], expropriado

Machado e Dorossi (2016, p.08) ao analisarem documentos de mensagens de governadores catarinenses do início da República, identificam que a política de terras " [...] baseava-se na premissa segundo a qual Santa Catarina precisava desenvolver sua 'indústria pastoril e agrícola' e que, para isto, já contava com 'terras ubérrimas' que eram 'desabitadas". Para os autores, fica evidente a formulação de uma política de terras:

> [...] ligada ao estímulo da colonização europeia, para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses do capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras - e ao crescimento da oferta de pastagens para os grandes pecuaristas do planalto (Machado e Dorossi, 2016, p.08).

Assim, as populações indígenas e de posseiros caboclos, que ocupavam espaços territoriais significativos nas regiões entre a serra e o litoral e no oeste catarinense, eram completamente alijadas desta política de desenvolvimento. Quanto a legalização da posse da terra, os pequenos agricultores e criadores caboclos, além de estar distantes dos dispositivos do estado que poderiam levar à regularização de suas posses, na maior parte das vezes, nem sentiam necessidade de assim proceder (Machado e Dorossi, 2016). Inclusive, Renk (2008), aponta que para os caboclos não fazia sentido comprar terra pois esta era considerada de Deus ou do Brasil. Viviam em suas terras da

[2] Os posseiros que ocupavam as terras que vieram a se constituir em propriedades particulares – terras de fazenda – dependiam do aceite do fazendeiro quanto à sua permanência ou não como agregados. O termo agregado está relacionado com esta condição, onde muitos dos caboclos recebem permissão para permanecer nos espaços que anteriormente pertenciam ao governo, "vivendo de favor" nas terras que historicamente ocuparam, gerando uma relação de dependência e subordinação aos coronéis donos das fazendas de gado. Em muitos destes casos o trabalho do caboclo não chegava a ser assalariado, como forma de retribuição deste "favor".

mesma maneira que seus pais e avós o fizeram. Se aparecesse algum usurpador, teriam que defender seu sítio à força, pouco adiantando ter ou não um papel passado em cartório. Desta forma, para os pequenos posseiros, muitas questões de terras resolviam-se assim, no âmbito privado, sem qualquer registro ou processo em instituições de estado. Em caso de querer regularizar sua posse, estes lavradores pobres teriam que juntar uma papelada que não possuíam e gastar um dinheiro (em medições, taxas e emolumentos) que lhes era escasso. Além disso, a relativa mobilidade desta população tornava muito comum as vendas de posses não regularizadas entre os caboclos, o que era vedado pela legislação, acabando por inviabilizar qualquer processo de legitimação. A mobilidade da população cabocla era parte do seu próprio processo de reprodução.

Os posseiros que ocupavam as terras que vieram a se constituir em propriedades particulares – terras de fazenda – dependiam do aceite do fazendeiro quanto à sua permanência ou não como agregados. O termo agregado está relacionado com esta condição, onde muitos dos caboclos recebem permissão para permanecer nos espaços que anteriormente pertenciam ao governo, "vivendo de favor" nas terras que historicamente ocuparam, gerando uma relação de dependência e subordinação aos coronéis donos das fazendas de gado. Em muitos destes casos o trabalho do caboclo não chegava a ser assalariado, como forma de retribuição deste "favor".

Este contexto vai perdurar até a virada para do século XX, quando uma grande obra de infraestrutura, a implantação da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, fissura o território do planalto catarinense e marca a entrada do capital estrangeiro no local. Esta obra foi realizada pela holding *Brazil Railway Company*, que ganhou a concessão para construção pelo governo federal, recentemente republicano. O mapa abaixo (Figura 4) demarca o desenho da linha férrea que atravessa o estado e demarca também, com hachura diagonal, a área contestada entre os estados de Santa Catarina e do Paraná. Importante observar que esta linha férrea atravessa a área contestada entre os estados ou é praticamente paralela ao seu limite, isto é, a linha férrea iria ser construída em um território já sensível em questões políticas.

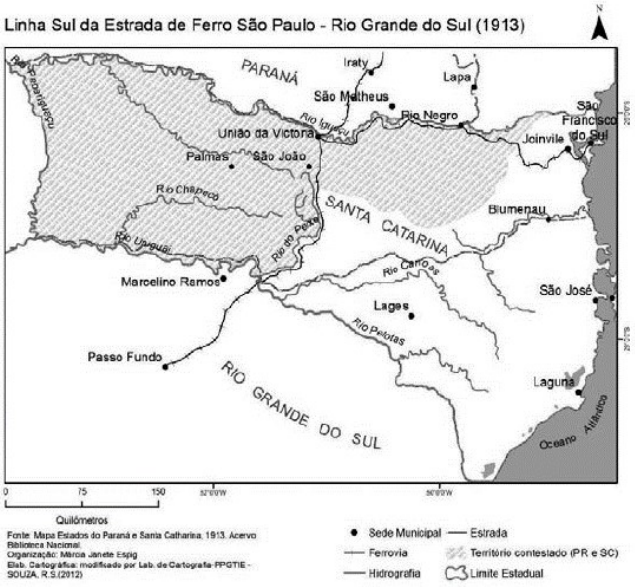

Figura 4: Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (1913).
Elaborado por Espig (2023) a partir da cartografia oficial.

Os termos da concessão, envolviam a doação de terras para a companhia estrangeira, sendo uma faixa de 15 quilômetros ao longo de toda linha férrea, bem como um total de 15.894 km² de terras, que deveria vender a título de colonização. Entretanto, este território já era ocupado pela população, em sua maioria indígena e cabocla, que foi expulsa ou mesmo dizimada com as obras. Alguns caboclos acabaram trabalhando na construção da estrada de ferro, que atraiu também um enorme contingente de pessoas empobrecidas de outros locais no país, que após a finalização da obra, em 1910 permaneceram na região, porém sem novas oportunidades de trabalho.

Esta mesma holding criou outras subsidiárias, entre elas a *Southern Brazil Lumber* (novembro de 1911), com sede no município de Três Barras planalto norte de Santa Catarina, para a exploração da madeira da Floresta da Araucária na região, que por diversos anos foi considerada a maior serraria da América do Sul, causando um enorme impacto ambiental (Espig, 2023). Bem como a *Brazil Development & Colonization Company* (março de 1912) criada para a colonização da área. Este contexto deu origem à considerada terceira corrente de colonização, na qual os descentes de imigrantes italianos e alemães que estavam no Rio Grande do Sul deslocaram-se para Santa Catarina. A migração desses agricultores consistiu numa estratégia de reprodução social camponesa (Renk, 2009). Porém não qualquer camponês, pois no início do período republicano no Brasil, as políticas públicas foram marcadas pela ideologia do “branqueamento” alicerçada pelo “determinismo racial” difundido nessa época.

Desse modo, foi dada a preferência e incentivos estatais à vinda de europeus, especialmente aos alemães, que eram considerados agricultores e trabalhadores exemplares, “através da naturalização da “índole” ou “pendor” agrícola, os colonos alemães ficaram no topo da hierarquização por nacionalidade” (Seyferth, 2002, p. 122). A autora também comenta que o fato de serem ocidentais e cristãos também influenciava nas decisões, pois nesse período impregnado pelo eurocentrismo, um povo só seria considerado civilizado se já fosse um povo catequisado e branco, com isso excluíram das correntes migratórias “aceitáveis” os africanos e asiáticos, que também não se enquadravam no perfil étnico escolhido pelo Estado, por serem semelhantes aos nossos nativos e mestiços (Seyferth, 2002).

A presença da companhia colonizadora acelerou o processo de privatização da propriedade privada no planalto e meio oeste catarinense, isto é, a terra que até então era vista como um meio de sobrevivência passou a ser tratada como uma mercadoria. Os habitantes locais foram chamados de “posseiros” pela companhia colonizadora que se encarregou, com sua guarda armada, de expulsar essas pessoas que ocupavam o território (Espig, 2023). Inclusive, quando nas proximidades das áreas adquiridas pelos colonos havia caboclos, a empresa colonizadora fazia a “limpeza” das terras para não prejudicar seus negócios.

Em alguns casos, foram ajuizadas ações de despejo para a retirada dos caboclos das áreas a serem vendidas. Nesse caso, as empresas valiam-se ainda mais da violência. Para Poli (1991), a formulação capitalista fundamentada na propriedade privada da terra, fez com que o caboclo não conseguisse conviver satisfatoriamente com a colonização, que era apoiada pelo Estado e patrocinada pelas companhias colonizadoras, pelo fato de o caboclo não se preocupar com a acumulação de bens e não ter dinheiro suficiente para adquirir uma propriedade. Com base nos exemplos conhecidos, muitos preferiam se afastar, em busca de áreas não concorridas, como as terras acidentadas, ou morros, ou barrancas de rios, e apenas uma pequena fração da população cabocla sedentária comprou terras (Renk, 2009).

Espig (2023) aponta que as relações tradicionais entre os caboclos e os coronéis, apesar de violenta, tinham alguns pontos de suavização. Seja pela questão do compadrio, seja pela certa liberdade de circulação, pelas situações onde os coronéis permitiam que em suas terras fosse coletado pinhão ou erva-mate. Situação que vai ser modificada aos poucos com o cercamento de propriedades, que não permitia mais o trânsito.

Para os que permaneceram, as relações mais amistosas fortaleceram-se entre os grupos do mesmo extrato social, reforçando características dos caboclos, cordialidade, ajuda mútua e empatia (Espig, 2023), que se manifestam em laços de amizades e compadrio. Machado (2024) assinala que esta é uma das características em comum de toda cultura e forma de organização do campesinato brasileiro, ou chamados de sertanejos, do interior do Brasil. Tal qual os caboclos, eles têm em comum a herança indígena e africana, e toda uma forma de resistência e união e formação de laços comunitários horizontais que cimentaram formas de organização de comunidade, muitas vezes independentes do aparelho de Estado. Já que durante um longo período da história do Brasil, que engloba séculos antes e este momento que estamos tratando, o Estado operava de maneira muito precária no interior do país.

Toda esta situação tenciona relações sociais, tanto previamente existentes, quando as novas criadas com a chegada do capital estrangeiro e tudo que ele implicava: posse de terra, expulsão, desmatamento, colonização, preconceito e sobretudo a imposição das "[...] coordenadas ideológicas hegemônicas da sociedade moderna: civilização, progresso, evolução e trabalho" (Carola, 2010, p.547). Neste contexto, a natureza é vista e representada como um mero recurso que deve ser explorado e manipulado pela sociedade humana, conjuntura que estimula e legitima a destruição e a domesticação tanto do mundo natural quanto dos povos indígenas (Carola, 2010).

O processo de dominação e "domesticação" da natureza que simbolizava o "progresso", onde a imposição da ordem, da racionalidade, da agricultura, simbolizava a presença e engenhosidade do suposto homem civilizado, colonizador ocidental. Portanto, se o desmatamento e a antropização da paisagem eram atributos civilizadores, os grupos que se relacionavam de outra maneira com a natureza – como os povos originários e os caboclos – eram considerados incivilizados, atrasados, selvagens ao "ignorar" esse abundante recurso (Brandt, 2015).

Este processo vai promover o "desencantamento do mundo" (Monteiro, 1974 apud Espig, 2024) que constitui alterações muito violentas e rápidas em uma sociedade, que faz com que as pessoas não consigam mais se entender no contexto daquele mundo, por não compreender as dinâmicas novas trazidas pelo capitalismo. A retirada desta população representou a expulsão, que denominaram como a diáspora ao Paranã, que poderia ser a unidade federativa (Paraná) ou outra geografia imaginada espalhada na floresta (Moretto; Brandt, 2019), ou uma ligação com práticas religiosas que apresentem uma resposta simbólica, que os caboclos vão buscar para compreender tais acontecimentos.

A tradição do São João Maria

Desde meados do século XIX as regiões do Brasil entre São Paulo e Rio Grande do Sul eram percorridas por indivíduos que foram denominados, pela população como "andarilhos", "monges", "curadores" e "profetas". O mais notório deles foi o Monge João Maria (Giovanni Maria de Agostini) de origem italiana, que chegou no Brasil em 1844 e se tornou conhecido possivelmente por meio dos tropeiros, que eram religiosos e faziam diversos contatos em suas jornadas entre os dois estados (Welter, 2007). Segundo a tradição popular, João Maria, rezava (uma espécie de padre que

pregava em locais onde o catolicismo oficial não chegava), benzia e curava a população com ervas medicinais, abençoava e sinalizava determinadas fontes de águas com cruz de madeira, que logo passaram a ser denominadas pela população como “águas santas” ou “águas do monge” e profetizava sobre o futuro, criticando os novos tempos e divulgando um discurso apocalíptico que foi bem recebido pela população pobre do planalto meridional inserida no contexto já apresentado (Welter, 2007).

João Maria declarava ser um penitente, não pousava nas casas das pessoas, não comia carne, alimentava-se apenas de verduras e leite. Aconselhava a todos uma vida simples, de respeito às pessoas, animais e plantas. Relatos orais transmitem estes ensinamentos até hoje quando contam que João Maria declarava que “[...] pedra é quase planta, planta é quase bicho e bicho é quase gente” e que “quem não sabe ler a natureza é analfabeto de Deus”.

> [...] O monge também era conhecido por determinadas propriedades extranaturais como a capacidade de caminhar sobre as águas, de adivinhar o pensamento das pessoas e de multiplicar alimentos. João Maria recomendava a todos que plantassem cruzeiros em frente das suas casas. As pessoas que assim procedessem estariam protegidas no momento que aconteceria de o sol não nascer no período de três dias” (Machado, 2008, p.68).

João Maria desapareceu, ou “encantou-se” como dizem os caboclos, sem muita explicação, o que facilitou crenças do seu paradeiro e que outros indivíduos assumissem sua identidade ou mesmo se apresentassem como irmãos ou sucessores (alguns autores falam em três, outros em cinco monges). Dentre eles destacamos a figura de José Maria como marcante no decorrer dos acontecimentos da Guerra do Contestado[3]. Independente de quantos indivíduos, para a população cabocla todos unidos representam uma entidade conhecida como São João Maria, considerado o monge dos excluídos. Já em 1912, o Monge José Maria que percorria a região contestada entre os estados Paraná e Santa Catarina, ministrando ervas medicinais, orientando a população e pregando, foi convidado a ir à Festa de São Sebastião na localidade de Taquaruçu, então pertencente ao município de Curitibanos/SC. Dada a fama do monge, aliada a todo o contexto socioeconômico da população, a notícia da sua presença em Taquaruçu atraiu rapidamente famílias sertanejas que formaram um acampamento no local (Rodrigues et al., 2023).

O coronel da cidade de Curitibanos, desconfiou da movimentação e solicitou tropas ao governo estadual para dispersar tal acampamento, acusando-os de fanáticos e monárquicos. José Maria, ao saber da vinda das tropas dirigiu-se para Irani/SC, com um grupo de seguidores. Porém, a cidade estava sob posse paranaense, os quais interpretaram a entrada de José Maria e seu grupo como uma manobra do governo catarinense e enviaram uma tropa para combatê-los. Foi quando aconteceu o primeiro conflito da Guerra do Contestado, onde morreram José Maria, o coronel paranaense João Gualberto e 21 sertanejos e soldados. (Santa Catarina [Estado], 2013), iniciando um episódio complexo que baliza a identidade do caboclo catarinense até a contemporaneidade.

[3] A Guerra do Contestado, que ocorreu de 1912 a 1916, foi um episódio, alimentado por fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural e religiosa. Para diversos autores atuais, ela é considerada a maior guerra civil camponesa brasileira, marcada pelo genocídio de milhares de camponeses pobres, em sua maioria caboclos (Fraga e Ludka, 2012; Espig e Machado, 2008).

Fanáticos, violentos, massacrados

A Guerra do Contestado, que ocorreu de 1912 a 1916, foi um episódio, alimentado por fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural e religiosa. Para diversos autores atuais, ela é considerada a maior guerra civil camponesa brasileira, marcada pelo genocídio de milhares de camponeses pobres, em sua maioria caboclos (Fraga e Ludka, 2012; Espig e Machado, 2008). Este conflito social aconteceu em parte dos territórios disputados entre os estados do Paraná e Santa Catarina, por isso o nome Contestado. O que leva a crer, ou ao menos ajuda no discurso de que foi uma disputa territorial entre instituições oficiais. Entretanto, a Guerra do Contestado foi um conflito das instituições oficiais (nas escalas estaduais e nacionais) contra a sua população. Não foi exatamente um "levante" ou uma "revolução" promovida pelos sertanejos moradores do planalto meridional. Foi muito mais um movimento social que cresceu e desenvolveu-se defensivamente, pelo menos até meados de 1914, quando os sertanejos decidiram atacar as forças oficiais. Estamos então tratando de um conflito diversificado, com muitos anos de duração, diferentes fases e contextos, ocorrido num amplo território de mais de 80 mil km² (Machado, 2023, p.13).

Após o combate de Irani, José Maria passou a ser associado à figura mística do Monge João Maria e começou a difundir a crença de que retornaria depois de um ano, acompanhado do "Exército Encantado" de São Sebastião. O fato de a principal liderança ter morrido no primeiro combate é uma peculiaridade do movimento do Contestado. "A espera pela "volta" de José Maria junto ao "Exército Encantado de São Sebastião" conferiu uma expressão milenar e messiânica ao movimento do Contestado, principalmente para os povoados, chamados de "Cidades Santas" que passaram a se formar a partir de dezembro de 1913" (Machado, 2023, p. 20). Para estas "Cidades Santas" mudaram-se os sertanejos expulsos de suas terras, os opositores políticos dos Coronéis que dominavam os municípios do planalto, além de veteranos da guerra Federalista.

Wiik e Muchalovski (2023) destacam que durante a Guerra do Contestado, indígenas Kaingang e Xokleng que estavam espalhados por todo o Planalto e participaram de múltiplas maneiras do conflito, lutando contra a barbárie provocada pelos ataques de "bugreiros" e pela invasão de seus territórios. Assim, segundo os autores, os indígenas tinham consciência de que nem todos os brancos eram iguais e estabeleceram formas de aliança e trocas com os caboclos rebeldes, seja integrando-se aos redutos, fornecendo alimentos aos membros do movimento ou abrigando-os nos aldeamentos.

A primeira concentração acontece quando a "Menina Teodora", em dezembro de 1913 começa a relatar os supostos sonhos que tinha com José Maria nos quais o monge ordenava que os seus seguidores voltassem e se concentrassem em Taquaruçu, formando, uma "Cidade Santa" (ou redutos) (Machado, 2024). Além da Menina Teodora surgiram outras importantes figuras, as "virgens do monge", que teriam a capacidade espiritual de entrar em contato com ele para receber suas orientações e repassá-las para as demais pessoas. Além do guia espiritual Monge José Maria, através das virgens, as cidades santas eram conduzidas a partir de suas normas de comportamento social, de saúde (tratamentos de saúde com ervas medicinais), de relação com território (proteção e consagração das águas santas). Atribuída a José Maria, a frase "Quem tem, mói; quem não tem, mói também, e no fim todos ficam iguais" representa o espírito coletivo, ou irmandade do modo de vida caboclo nas cidades-santas, o qual foi baseado fortemente num modelo de partilha. Este modelo era a representação de um mundo melhor para os caboclos expulsos de seu território, assim motivando-os à vida comunitária no combate às injustiças ocorridas na época da Guerra do Contestado (Welter, 2018).

Expedições militares tentaram desmobilizar o movimento, atacando inicialmente o reduto de Taquaruçu, que foi destruído em 1914 pela força militar, que bombardeou a comunidade de longe. O bombardeio atingiu principalmente mulheres, crianças e idosos, pois a maior parte dos homens havia partido para formar outro reduto, o de Caraguatá. Em Taquaruçu e Caraguatá, os habitantes eram um restrito grupo de devotos de José Maria, porém, a partir da segunda metade de 1914 o movimento rebelde passou a expandir-se no planalto serrano, a buscar conversões e ingresso, compulsório ou não, de pessoas nos redutos que chegaram a formar cerca de dez "Cidades Santas" (Machado, 2008).

A partir de 1914, o governo federal, com apoio dos governadores de Santa Catarina e Paraná decidiu empreender uma grande operação militar para aniquilar a insurreição, com cerca de 6 mil soldados do Exército, que rumaram para o sul do país. Além deles, 2 mil civis (chamados vaqueanos), a maioria integrantes das guardas privadas armadas mantidas pelos coronéis fazendeiros da região, foram contratados para auxiliar o Exército (Agência Senado, 2016). Além dos violentos e cruéis conflitos, o Exército utilizou estratégias de impedir a entrada de recursos nos redutos. As cidades santas foram progressivamente destruídas, ocorrendo uma intensa repressão aos caboclos sobreviventes. O último reduto foi destruído em dezembro de 1915. Doentes e famintos, os caboclos rebeldes passaram a se render em massa, estimando-se que até janeiro de 1916, cerca de 10.000 se entregaram às forças governamentais (Santa Catarina [Estado], 2013).

Os cronistas da guerra, bem como a imprensa local, apesar de criticarem as relações sociais injustas, estigmatizam os caboclos revoltosos como "criminosos" e "fanáticos", considerando-os "pobres, ignorantes", legitimando assim, as ações de força para acabar com os redutos e levar a "civilização" a estes sertões de "bárbaros". Esta visão ideológica foi expressa em publicações historiográficas, literárias e artísticas da época, que reforçavam a visão preconceituosa sobre os caboclos e escondia os processos de expropriação que estava população sofria.

Após a guerra, havia livre condição para efetivar o processo de concessão e de medição das terras pelas diferentes empresas colonizadoras e sua posterior revenda aos camponeses descendentes de alemães, italianos e poloneses, oriundos do Rio Grande do Sul. Com o fim da guerra imperou na região as noções de sociedade e de natureza trazidas pelos descendentes de imigrantes europeus. O anúncio dos tempos futuros de penúria, com perda das terras, se evidenciava nas profecias de São João Maria. Os caboclos antigos mencionam que o monge João Maria ou São João Maria previra a entrada de uma nação [etnia] que acabaria com o mato. Quando perguntado se isso aconteceu, respondem afirmativamente, mostrando que os "gringos", isto é, os descendentes de italianos, entraram e acabaram com o mato e se apropriaram das terras.

De certa forma, a previsão do Monge João Maria concretizou-se, pois, além da questão da posse e da propriedade, os descendentes de imigrantes instalaram diversas serrarias e madeireiras no local. Durante muitas décadas, a região obteve a maior parte de seu sustento com o corte e a exploração da mata, contudo, sem a preocupação de preservação ou manutenção da floresta, resultando numa drástica transformação da paisagem. Inclusive, a dominação e a "domesticação" da natureza, na lógica do novo colonizador, era imperativa para atingir a noção de "progresso" e "civilização" do território a partir da presença do ser humano.
Restaram à população cabocla, marcada pela exclusão, e para muitos dos seus descendentes, tornarem-se moradores das periferias de diversas cidades da região, assalariados dos piores trabalhos disponíveis ou a compor o quadro de diversos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Mesorregião Oeste (Renk, 2009).

O caboclo como o “pequeno” herói oficial

É somente na década de 80 que o governo estadual, vai se apropriar da identidade cabocla, na verdade nos valores do “vencido” na Guerra do Contestado, para criar uma identidade catarinense. A ideia do projeto surgiu em 1980 fundamentada na “opção pelos pequenos” e na “participação comunitária’’ (Welter, 2007). De “fanáticos” e “bandidos”, estes grupos subalternos para as elites catarinenses, passam a desfrutar da condição, por elas declaradas, de “pequenos”. Condição que implica ausência de discernimento, de maioridade política, e que, portanto, necessita de alguém que se responsabilize por eles, que os proteja, os conduza e até mesmo recupere sua memória, conforme o discurso do candidato a governador[4]:

> Eu vejo que não há mais pequeno, não há mais esquecido do que este infeliz que perdeu a memória. Este sim, foi injustiçado [...] Eu estou convencido que este homem típico já existiu e foi destruído, tanto física quanto culturalmente, mas deixou muitas marcas culturais. Pena que para a História passam somente os vencedores, independentemente de suas virtudes. Este vencido, que a história registra apenas como “jagunço fanático”, foi para mim, o mais típico dos catarinenses, podendo se afirmar que o perfil do nosso homem, é o homem do Contestado (Welter, 2007, p.220 apud Oliveira, 1992, p.163).

Diante da sua “opção pelos pequenos”, as forças conservadoras catarinenses procuraram recuperar a memória acerca do Contestado, porém tentando congelar a luta cabocla como algo do passado, sem relacionar com dilemas sociais do presente, cujo vencedores nada a tem em comum com os dominantes de hoje (Auras, 2024). Hoje os “Marcos históricos do Contestados” (Figura 5) erigidos neste contexto, encontram-se em estado de abandono e até hoje nenhum local de batalha, cemitério, crematório, ou outro bem cultural relacionado a esta guerra é reconhecido como patrimônio estadual.

Figura 5: Marco do Contestado em Timbó Grande/SC, 2015
Acervo de Thyago Weingantner.

[4] O referido candidato, Esperidião Amin, foi eleito e ao longo de sua gestão no Governo do Estado de Santa Catarina (1983-1986), por meio da FCC – Fundação Catarinense de Cultura, realizou o projeto “Registros da Guerra do Contestado”, estimulando ações ligadas ao resgate daquele conflito armado e de suas lideranças como João Maria. Em especial, em 1986 foram erigidos os “Marcos Históricos do Contestado”, vinte monumentos de pedras, cada um com sete placas de metal. A maioria dos monumentos foi instalada nos locais onde ocorreram os eventos considerados mais marcantes da guerra: Fraiburgo, Lebon Régis, Caçador, Irani, Curitibanos, Porto União, Calmon, Matos Costa, Canoinhas, Rio das Antas, Mafra, Santa Cecília, Irinópolis e Timbó Grande (Welter, 2007).

As comemorações oficiais do Centenário do início da Guerra do Contestado, ocorridas em outubro de 2012, não receberam tanta visibilidade por parte do governo estadual, se limitando a lembrar o evento com ações como a exposição itinerante intitulada *Guerra do Contestado: 100 Anos de Memórias e Narrativas*, apresentada incialmente no Museu Histórico de Santa Catarina em Florianópolis/SC (Richter, 2013). Porém, é possível perceber uma narrativa mais ampliada na medida em que se procurou problematizar as diversas percepções construídas em diferentes segmentos da sociedade (exercito, intelectuais, imprensa, igreja) com relação ao evento, buscando não desqualificar, ou mesmo enaltecer as partes envolvidas no conflito e sim apresentar as diferentes visões existentes e construídas ao longo do tempo e seus protagonistas (Santa Catarina [Estado], 2013).

NOVOS OLHARES SOBRE A IDENTIDADE CABOCLA

Desde a Guerra do Contestado (1912 a 1916) até a década de 1950 fez-se um longo silêncio sobre este episódio da história oficial de Santa Catarina e o pouco que se falava era baseado nos cronistas da guerra e nos documentos militares, reproduzindo assim, a ideia de fanatismo dos caboclos e de barbárie. No final da década de 50, paulatinamente uma nova abordagem é construída por pesquisadores que, dirigindo o foco para aspectos negligenciados até então, visitaram a região e registraram o que aquela população tinha a contar sobre a guerra. Porém, "foi somente no período de redemocratização do país que o Contestado passou a ser amplamente debatido como temática pelo movimento social, pesquisadores e pelo poder público" (Machado, 2011, p. 178).

No ano de 1985 foi gravado pela Irani Produções o documentário "Contestado – A Guerra Desconhecida" com fomento estadual, além de um livro denominado "Contestado", reimpresso em 1998 pelo Senado Federal. Nestas ações, a Guerra do Contestado foi tema de debate, e consequentemente a história da população cabocla aparece na História oficial do Estado, no contexto de seleção dos caboclos como símbolo de bravura e luta pela terra. Ao longo dos anos 1990, tornou-se mais evidente o interesse acadêmico sobre o Contestado e profusão de pesquisas em diversas universidades catarinense e de outros estados como a UNICAMP, UFRGRS, UFRJ, entre outras (Machado, 2008). Além das lacunas a serem preenchidas sobre o episódio e contraposição a narrativa historiográfica oficial, é notório o interesse em recortes específicos e nas abordagens que, por exemplo, buscaram evidenciar a participação de mulheres na guerra, tanto nos cuidados das crianças, idosos e dos enfermos (Machado, 2011) quando na participação ativa do conflito como é o caso dos trabalhos "as virgens do Monge" (Tonet, 2023; Trento, E., Ludka, V., Fraga, N., 2020).

Além da pesquisa "à contrapelo" é possível perceber o esforço de que este conhecimento produzido seja aplicado em ações que revertam a condição de apagamento e exclusão da população cabocla. Este caráter de pesquisadores militantes aparece no ano do centenário da Guerra do Contestado, quando ocorreu o "Simpósio do Centenário do Movimento do Contestado: História, Memória, Sociedade e Cultura no Brasil Meridional, 1912 – 2012" em três sessões em distintas Universidades Federais. Ao fim deste simpósio foi publicada a Carta do Irani onde os participantes (professores, estudantes e pesquisadores) expressam a preocupação "com o estado e situação de acervos documentais, locais de memória, patrimônio histórico e da população remanescente do conflito do Contestado" (Carta do Irani, 2012, p.01) e alertam os órgãos de patrimônio, poder executivo nas três esferas e poder judiciário, para " a premência da implementação de políticas públicas de saúde, educação e terras para a população remanescente do conflito, como forma de atendimento a cidadãos que, por gerações, estiveram marginalizados dos benefícios da sociedade brasileira",

considerando que os núcleos de remanescentes do conflito apresentavam os mais baixos índices de desenvolvimento humano do sul do Brasil na ocasião.

Estas pesquisas e ações vêm movimentando a temática não apenas no âmbito das universidades e institutos federais, mas também nas escolas, museus e nos grupos da sociedade civil organizada como, por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Estes grupos comunitários apropriam-se da identidade, principalmente apontando o aspecto caboclo relacionado à luta e resistência pelo direito à terra. Além disso, há diversos grupos culturais com a intenção de retomar/renascer uma identidade cabocla como, por exemplo, o "Movimento de Consciência Cabocla", organizado em 1999 no município de Chapecó, que "dentre seus objetivos, constava o de resgatar as raízes e práticas tradicionais dos caboclos e acionar favoravelmente a identidade étnica cabocla" (Savoldi e Renk, 2008, p.12). Segundo as autoras, o movimento constituiu-se formalmente em 2003, agora sob o nome de "Puxirão Caboclo".

Um caso interessante para a pesquisa é o grupo informal "Renascença Cabocla", na localidade rural Taquaruçu, hoje pertencente a cidade de Monte Carlo/SC, que é um grupo organizado que procura através de recuperação de práticas e da invenção de novas tradições perpetuar a identidade cabocla.

Ser caboclo do Grupo Renascença Cabocla

Por meio de celebrações religiosas como a procissão de rezas cantadas chamada de "Recomenda de Almas", da organização da Festa Cabocla, no último domingo de agosto, com acendimento da fogueira (como símbolo da luta da população cabocla na Guerra do Contestado), partilha de alimentos e apresentações artísticas e musicais, o Grupo "Renascença Cabocla" reconstrói e ressignifica o "ser caboclo". Este grupo, liderado por mulheres, produziu conteúdo audiovisual para captação de recursos em 2018, onde explicam a fundação do grupo:

> O grupo, na verdade, **começou esse resgate da cultura no final da década de 80, quando vieram os pesquisadores, os historiadores para a região do Contestado**, pra pesquisar sobre o Contestado, sobre o povo do Contestado e aí começou uma iniciativa pequena de alguns tipos de dança, né? Mas esse pessoal vieram, fizeram a parte deles, resgataram o que precisavam para interesse deles e foram embora. **Aí este povo que tava aqui ele acordou**. Até então eles tinham até aquele medo de dizer que dizer: eu sou cabocla, ou dizer do Contestado mais ainda, tinha aquela carga pesada do Contestado né? Mas a partir daí o povo começou a acordar, começou novamente voltar com rezar, uma aqui, outro ali, um grupo menor, mas aí foi fortalecendo e o povo foi gostando e foi aumentando. Aí com o passar do tempo a gente começou a ampliar, com a reza, [...] a dança [...] da Maria Rosa e cada vez foi fortalecendo mais (Alzira Prates, 2018, 9'', grifo nosso).

É possível perceber que há o reconhecimento de que o início do processo de "acordar" e aos poucos perder o medo de ser reconhecido como caboclos e revelar seus rituais, foi catalisado pela presença dos pesquisadores acadêmicos interessados na versão da população sobre a Guerra do Contestado. Quanto à formação do grupo cultural, é possível perceber no depoimento um processo de resgate, pois "depois do resgate da reza, veio a dança, veio a comida, depois a música dos violeiros dos gaiteiros" (Alzira Prates, 2018, 11'') que aparamente não se finda. As atividades do grupo acontecem no "Rancho Caboclo", local de propriedade da família Prates, onde foi construído o galpão de madeira chamado de rancho, que conta com um grande salão, banheiro e cozinha.

Algumas atividades acontecem na área externa em frente ao rancho. Ao lado do rancho há uma casa de taipa de mão que foi construída em uma “oficina de bioconstrução cabocla”.

Figura 6: Sede do Grupo Renascença cabocla. Rancho principal de madeira, casa de pau a pique à esquerda da imagem, presença de pinheiros de Araucária ao fundo e taquaras que denominam a localidade “Taquaruçu”.
Foto realizada pela autora, março de 2024.

Tanto nos discursos que antecedem as atividades dos Grupo Renascença cabocla, quanto nas suas celebrações e no seu ambiente construído é possível verificar diversos elementos que remetem ao discurso identitário caboclo. Destacamos que até aqui este foi o primeiro onde os caboclos “falaram por eles mesmos”. O mais prevalecente é a referência à Guerra do Contestado que envolveu a destruição da Cidade Santa que havia na localidade representado por bandeiras, facões de pau, cartazes manequins utilizando roupas “típicas” fazem referência ao ocorrido, sempre destacando o papel dos caboclos na luta e resistência, tanto no episódio histórico quando nos dias atuais.

Figura 7 e 8: Interior do “Rancho caboclo”, com elementos que fazem referência à Guerra do Contestado, como bandeiras, facões de pau e faixas que questionam o discurso hegemônico sobre a Guerra do Contestado.
Fotos realizadas pela autora, março de 2024.

Externamente foi construída uma gruta em homenagem ao Monge São João Maria, ladeada por uma cruz de cedro, “plantada” na expectativa que ela brote, como um elemento vivo. Para acessar a grupo foi construído um caminho composto com tochas e pedras com pinturas diversas, algumas relacionadas com personagens da Guerra do Contestado, outras com figuras religiosas como São João Maria e Nossa Senhora Aparecida. Esta mescla de elementos mostra como no o episódio da guerra e a religiosidade cabocla são indistintas, mas também como novos elementos, como a Nossa Senhora Aparecida, podem ser incorporados.

O maior evento do grupo é a “Festa Cabocla” que ocorre no último sábado do mês de agosto de cada ano, que em 2024 está em sua vigésima primeira edição. A festa acontece de forma comunitária, não é monetizada, sendo pedido apenas que os participantes levem algum alimento para compartilhar, como pipoca, óleo ou garrafão de vinho para o ponche (não sendo permitido levar outros tipos de bebida alcoólica). A refeição ofertada a todos é a quirera de milho crioulo (orgânico) com carne de porco. Quirera é o alimento proveniente do milho triturado, sendo um alimento encontrado de maneira industrializada, porém na forma artesanal o milho é triturado em pilão ou monjolo.

Aqui percebemos elementos citados na descrição sobre o cotidiano dos caboclos antes do início do século XX, como as festas de partilha e doação, a moagem do milho e a criação de suínos. Nesta festa também aparecem “novas tradições” inventadas, como o acendimento de uma grande fogueira que para eles remete à luta dos caboclos (luta essa não especificada se do passado ou também do presente). Curioso relembrar que Taquaruçu foi incendiada na Guerra do Contestado, porém o fogo aqui foi ressignificado de uma maneira mais positiva para a identidade cabocla ao ser relacionado com a luta e não com a destruição.

Durante a Festa Cabocla há também apresentações de dança coreografadas, como é o caso da dança da Chica Pelega, que foi uma importante personagem da Guerra do Contestado que viveu e lutou na Cidade Santa de Taquaruçu. Nesta dança, mulheres vestidas com saia verde, camisetas brancas com a identidade visual do Grupo Renascença cabocla impressas, lenços vermelhos na cintura e munidas de varas de madeira, dançam batendo com as varas no chão e as empunhando como se fossem espadas ao som da música que diz que “quem viu Chica Pelega viu fogo no céu e viu sangue no chão”[5].

Além da festividade de agosto, na Quaresma, período do calendário católico que antecede a Páscoa, o Grupo Renascença Cabocla se encontra para um ritual, chamado de *Recomendação de Almas*. A importância do ritual e das rezas na localidade é justificada no depoimento de Ezanir Prates para o Documentário Terra Cabocla:

> Nós rezamo muito na região do Taquaruçu porque segundo os médiuns que andaram fazendo uns trabalho, diz aquele povo que foi matado ali pela Guerra... então tem muita gente sofrendo e se batendo as armas ainda porque não teve um caminho, porque morreram massacrados, com raivas às vezes, né? Por isso nós rezamos muito ali na região (Prates, 2019, 6’33’’).

A Recomenda de almas é um ritual não só limitado a este grupo que está localizado em um território tão relacionado com os episódios da guerra, mas também está presente em outras localidades

[5] Música de Elton Saldanha, 2003.

rurais e cidades pequenas da Mesorregião do Planalto Serrano Catarinense[6]. “Recomendação de almas” ou “Recomenda de almas” ou ainda “Recomenda antiga” é um ritual religioso popular que, apesar de se relacionar com o catolicismo, não é uma celebração oficial. Apesar deste ritual se manifestar em outras regiões do Brasil, “os moradores mais antigos relatam que seus antepassados aprenderam com São João Maria a fazer a recomendação, quando da sua passagem pela região, antes da Guerra do Contestado (Ramos, 2019).

Este ritual consiste em visitar as casas da comunidade à noite, no período da Quaresma, entoando rezas cantadas para recomendar as almas perdidas para que encontrem a “salvação”. Com o uso de uma matraca (Figura 9 e 10), como instrumento para “acordar os irmãos das almas”, os caboclos em grupo, guiados por um “capelão” visitam as casas e na última sexta-feira santa levam as almas recolhidas à um campo santo, geralmente um cemitério. Após a finalização das rezas é de bom tom que os moradores abram suas casas e ofereçam um café para o grupo, que adentra a casa para “prosear”, isto é conversar. Os alimentos oferecidos são geralmente café preto, pé de moleque, cuca de milho e cachaça. Também é servida a bebida “Bugio”, uma espécie de “garrafada”, feita com pinga, mel, canela, cravo e noz moscada, utilizada pelos grupos de recomendação como remédio para garganta, já que a temperatura desta região costuma ser baixa nesta época do ano[7].

Figura 9 e 10: Líder do Grupo Renascença cabocla com a matraca nos braços. Matraca do Capelão do Grupo de Recomenda do Salto dos Marianos, município de São José do Cerrito/SC.
Fotos realizadas pela autora, março de 2024.

[6] Em 2010, a Associação Matakiterani iniciou um trabalho de registro destes grupos e organizou encontros para formação do que eles denominam uma “Rede de Sabedoria”, para que por meio de trocas os grupos conseguissem aprender novas rezas, definir novas lideranças e retomar e renovar suas práticas. Nesta rede participam cerca de oito grupos, localizados nas cidades de Rio Rufino/SC, Capão Alto/SC, Campo Belo do Sul/SC, Monte Carlo/SC (localidade de Taquaruçu), Ireneópolis/SC e São José do Cerrito/SC, sendo que a última conta com três grupos (sendo dois em localidades rurais e um na área urbana).
7 O planalto serrano catarinense é uma região de clima subtropical considerada a região mais fria do Brasil.

Tivemos a oportunidade de acompanhar o evento de lançamento do álbum com as rezas cantadas por oito grupos de recomenda e, neste evento, através de observação direta perceber reações dos grupos no momento de contato e de troca de experiências. Observamos nos discursos dos capelães que a relação entre a prática da Recomenda de Almas com o "ser caboclo" é algo pontuado com mais firmeza no Grupo Renascença Cabocla de Taquaruçu, grupo este que está em uma localidade diretamente relacionada com a Guerra do Contestado e que além da recomenda, manifesta e discute esta identidade.

Na fala de participantes de outros grupos a relação entre o ritual e o "ser caboclo" não aparece claramente. Os participantes pontuam a forte crença no catolicismo, o aprendizado geracional do ritual, já que a maioria aprendeu com seu pai, a relação do ritual com a área rural pois ele deve acontecer no escuro e em um local com senso de comunidade[8], entre outros fatores, mas não diretamente relacionados com uma manifestação da identidade cabocla.

Apesar da relação não aparecer nos discursos, a similaridade do modo de vida dos participantes era notável, inclusive pelos menos, como por exemplo a fala do capelão da cidade de Ireneópolis/SC ao comentar no evento de lançamento do álbum que era muito bom estar ali onde "todo mundo é como a gente, fala assim meio errado como a gente". Aqui aparece também um elemento frequentemente pontuado nas entrevistas com pessoas que se autoidentificam como caboclas que é o "falar errado", elemento preocupante pois, se a construção da identidade é discursiva como reforçar uma identidade onde os indivíduos entendem que sua fala é errada?

Diversidade de discursos sobre o "ser caboclo"

Apesar das ações encontradas em campo, é notável que o significado do "ser caboclo" ainda é difuso e pouco apropriado pelos grupos na contemporaneidade. Conforme Hall (2008), a identidade é processual e condicionada por trabalhos discursivos. Assim, os locais diretamente relacionados com a Guerra do Contestado, como cidades santas como é o caso da localidade de Taquaruçu, locais de batalhas, cemitérios, estações de trem e etc., tendem a ter mais facilidade em invocar este passado histórico com o qual os caboclos, descendentes dos participantes da guerra, conseguem manter certa correspondência.

Nos últimos anos, alguns municípios catarinenses têm instaurado, por meio de leis municipais e mobilização popular, a Semana do Contestado, no período do dia 22 de outubro, data da primeira batalha e utilizado a Bandeira do Contestado também como símbolo municipal, o que é um considerável avanço. Em 2007, foi institucionalizado pelo Governo Federal as Instâncias de Governança Regional (IGR) para regionalizar e contar com maior participação da comunidade no planejamento do turismo dos estados e na região que abarca o Meio Oeste catarinense foi criada a IGR Vale do Contestado.

Porém, os discursos ideológicos da Guerra do Contestado foram tão pejorativos e preconceituosos que esta representação externa sobre o que "são os caboclos" faz com que muitas pessoas prefiram negar ou ignorar essa identidade. Além da relação com a Guerra do Contestado, outro elemento

[8] Estas foram algumas das justificativas do ritual não acontecer nas áreas urbanas, pois, além de ter muita iluminação artificial os participantes comentaram que na cidade não tem como conhecer todo mundo e saber se as pessoas querem o ritual em frente as suas casas. Lembrando que a Recomenda de Almas tem uma áurea mais assustadora dado o horário, a entonação dos cânticos e a relação direta entre seres vivos e mortos.

presente na relação com a identidade cabocla é a tradição do Monge João Maria, que territorialmente se espalhou muito além dos locais de guerra. Porém, conforme conclui Welter (2023), o "encantamento" do Monge João Maria vai muito além da população cabocla, tanto que a autora cunha o termo "joaninos" para se referir os grupos que seguem devotos ao Monge. Assim, joaninos são "pessoas que reconhecem e legitimam João Maria considerando aspectos culturais, históricos, religiosos, políticos, turísticos, comerciais ou outros" (Welter, 2023, p.362), não significa necessariamente ser caboclo.

A questão étnica aparece como um marcador identitário nos locais onde os caboclos resistem em territórios colonizados após a Guerra do Contestado. Nestes locais, autores apontam a marcada diferenciação entre os caboclos, também denominados de "brasileiros", e as pessoas "de origem", que seriam os descentes de colonizadores europeus não portugueses (Renk, 2008; Locks, 1998; Bloemer, 2000). Segundo Barth (1988, p.195), "quando se define um grupo étnico como atributivo e exclusivo, a natureza da continuidade dos traços étnicos é clara: ela depende da manutenção de uma fronteira". Neste caso, inclusive, há diferenças significativas nos grupos étnicos considerados "de origem", "imigrantes" ou até mesmo "colonos" em outras regiões de Santa Catarina, com diferenciação entre os imigrantes de ascendência alemã e dos imigrantes de ascendência italiana, por exemplo. Porém, segundo Barth (1988, p.195), "apenas os fatores socialmente relevantes tornam-se próprios para diagnosticar a pertença, e não as diferenças "objetivas" manifestas que são geradas por outros fatores".

Todavia, quando um grupo se autodeclara "caboclo", e defende, por exemplo, a manutenção de uma festa comunitária sem venda de ingresso, igualmente marca a fronteira entre este grupo e os demais, inseridos na lógica capitalista, como é o caso dos "imigrantes". Para Barth (1988, p.196) "grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais persistentes", assim, "a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais". É importante considerar também a questão da divisão de classes, já que os caboclos, até a atualidade, ocupam os piores cargos de trabalho, geralmente subordinados aos descendentes de imigrantes europeus, e a própria estrutura territorial do espaço urbano, que segrega os grupos da base socioeconômica nas periferias urbanas.

Os conflitos e tensionamentos são tantos que, no ano de 2019 – uma reunião com representantes de 50 das 69 cidades que formavam a Instâncias de Governança Regional (IGR) – Vale do Contestado, determinou a troca a denominação de "Vale do Contestado" dessa região turística por "Vale dos Imigrantes" (Karasinski, 2023), demonstrando que, novamente, o discurso da imigração foi selecionado como representativo desta região. Apenas um pequeno grupo de municípios – Itaiópolis, Mafra, Major Vieira e Porto União – desmembrou-se e reorganizou-se em uma nova IGR denominada Caminhos do Contestado.

Neste caso, quase todos os municípios nos quais passa a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande optaram por compor o "Vale dos Imigrantes", mostra que, apesar dos avanços no discurso oficial e do tema estar inserido em eventos dos municípios, o conflito persiste e a valorização da diversidade e da identidade cabocla na verdade parte de tensionamentos e resistências. Resistências esta que aparece nos discursos dos eventos atuais sobre o Contestado, como, por exemplo, mostras de áudio visual que por meio de recursos de leis de incentivo à cultura elaboram e exibem documentários sobre a temática. Como é o caso da "Mostra Chica Pelega de Cinema" que teve

edições em 2021, 2022, 2023 e em 2024 terá um circuito dedicado à temática quilombola. Segundo o site oficial do evento:

> A Mostra de Cinema Chica Pelega é um evento que preserva e valoriza a cultura cabocla do povo catarinense da região do Contestado. O título da mostra é uma homenagem a Francisca Roberta, a Chica Pelega, nascida em Limeira, atual Joaçaba. Chica foi uma líder e combatente da Guerra do Contestado, uma mistura de lenda e história e um sinônimo de força.

A imersão da temática dos caboclos, aliada a um contexto informacional de conexão via redes sociais, tem mostrado que o tema tem sido tratado de maneira pujante por diversos tipos manifestações. Além do recurso audiovisual da mostra de cinema, temos o exemplo da artista de Hip Hop "Escaley Mc" que, segundo sua descrição nas redes sociais trata da "Ancestralidade cabocla e o ressurgimento de um Contestado Contemporâneo através do Hip Hop", tendo como uma de suas músicas a "Cabocla de Língua Afiada", na qual aponta sua revolta, declara que "essa luta vai ser cobrada", que "renasceu" e "levanta com a força de mil araucárias".

O discurso desta jovem, contrasta com a visão do caboclo como subjugado, passivo, fatalista e que fala de forma errada, que apareceu tanto em momentos da revisão de literatura, na fala do capelão de Ireneópolis/SC, quanto na fala de um caboclo morador da área urbana da cidade de Lages/SC: "Ser caboclo é falar as coisas assim, "que foi sabido" e a gente fala errado, eu por exemplo digo "vanceis", já é uma coisa de caboclo (Salvador, 70 anos, aposentado).

> O caboclo pelo o que eu entendo é aquele gostava de viver mais escondido, pelo fato dele não saber falar. Ele já tinha um linguajar bem mais diferente do que o nosso, porque o caboclo, ele não teve estudo. Então ele se já se criou lá no sertão, lá ele não tinha como ter um estudo**. Se ele saía para a cidade, já ficava meio com medo de falar**. Porque hoje em dia sempre tem o medo de você não saber falar, de não ter um grande estudo (Joecir, 59 anos, aposentado, grifo nosso).

Nos depoimentos acima destacamos mais um elemento pertinente, o fato deste medo de falar do caboclo estar relacionado com o deslocamento para a cidade. Apontando a cidade, como um território onde as expressões do "ser caboclo" são ainda mais caladas e, portanto, a identidade cabocla se manifestará de outras maneiras a serem pesquisadas.

Procuramos demostrar a relação dialética entre os acontecimentos históricos e as alterações no entendimento da identidade cabocla. Novas e diversas visões apontam para mudanças na contemporaneidade, movidas por pontuais ações do poder público, mas, principalmente, por movimentos de pesquisadores, ativistas e pela apropriação da identidade cabocla, como sinônimo de luta pela terra, por movimentos sociais. A discussão da identidade cabocla em Santa Catarina mostra-se complexa, heterogênea e ainda dispersa se consideramos toda a escala estadual.

CONCLUSÃO

O artigo analisa momentos históricos fundamentais para compreender os processos e discursos sobre a identidade cabocla catarinense, sendo: desde o início da colonização portuguesa do planalto serrano catarinense, no século XVIII, onde o caboclo era visto como *peão, roceiro* ou *nômade*; das consequências da Lei de Terras de 1850 que tornou o caboclo *expropriado, posseiro* ou *agregado* em alguma das fazendas de criação de gado; da construção da estrada de ferro pela empresa norte-americana *Brazil Railway Company*, no início do século XX, e os conflitos que

culminaram na Guerra do Contestado (1912/1916), na qual os caboclos revoltosos foram tidos como *fanáticos, violentos* e foram *massacrados*; a expulsão dos caboclos após a guerra e o êxodo rural recorrente desde a década de 40, quando os caboclos se tornam *assalariados* (Locks, 1998; Bloemer, 2000; Renk, 2008; Martins; Welter, 2006). Esta linha do tempo marca as sucessivas expropriações territoriais e culturais a qual os caboclos e seus modos de vidas foram submetidos, bem como a carga simbólica e muitas vezes pejorativa que se acumula sobre esta identidade.

Os resultados obtidos através da pesquisa de campo indicam que nas áreas rurais do planalto serrano catarinense, as práticas culturais, religiosas e sociais dos caboclos ainda estão presentes, como festas comunitárias realizadas por meio de mutirão e sem monetização, os grupos de *Recomendação de almas* que fazem percursos com rezas cantadas durante o período da Quaresma, os benzimentos, a manutenção da crença no Monge João Maria e a recuperação de técnicas construtivas vernaculares.

Sendo a identidade processual e condicionada por trabalhos discursivos, percebemos que discursos ideológicos da historiográfica oficial sobre Guerra do Contestado foram tão pejorativos e preconceituosos que esta representação externa sobre o que “são os caboclos” faz com que muitas pessoas prefiram negar ou ignorar essa identidade. A autoidentificação com a identidade cabocla vai aparecer em contextos específicos, onde os discursos “à contrapelo” sobre Guerra do Contestado já estão mais avançados, onde existem ações do poder público de rememoração e onde há a presença de grupos organizados que convocam o papel de autorepresentação para descontruir essa identidade tratada como um estigma.

Concluímos que, apesar de pontuais avanços, a identidade cabocla está ameaçada e urge uma discussão que desvele a presença e a importância dos caboclos na construção histórica e cultural do estado, especialmente da Mesorregião Planalto Catarinense. Bem como, é fundamental o apoio às ações comunitárias existentes que resistem e fortalecem a identidade cabocla preservando suas referências culturais. A reconstrução e fortalecimento da identidade cabocla é um ponto fundamental para que este grupo seja incluído nas discussões sobre o patrimônio cultural catarinense e, que a partir disso, amplie uma visão mais diversa, completa e justa sobre a formação cultural e identitária deste estado.

REFERÊNCIAS:

Auras, Marli. *Guerra do Contestado: a Organização da Irmandade Cabocla*. 5ª ed. revisada. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

_____. "Palestra de abertura: A irmandade cabocla com Dra. Marli Auras." YouTube, 05 de abril de 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UnNDslebsOA&t=144s. Acesso em: 11 de abril de 2024.

Barth, Fredrick. "Grupos étnicos e suas fronteiras." In *Teorias da Etnicidade*, edited by Poutignat, P., and J. Streiff-Fenart. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

Bloemer, Neusa Maria Sens. *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

Brandt, Marlon. "Paisagens caboclas no Oeste de Santa Catarina: colonização e rupturas." In *Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem*, edited by Marlon Brandt and Ederson Nascimento. São Carlos: Pedro e João Editores; Chapecó, UFFS, 2015.

Brandt, Marlon, e Eunice Nodari. "Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória." *História Unisinos* 15, no. 1 (janeiro-abril 2011): 80-90. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011.

Carola, Carlos Renato. "Natureza admirada, natureza devastada: História e Historiografia da colonização de Santa Catarina." *Varia Historia* 26, no. 44 (2010): 547-572.

Carta do Irani. 22 de outubro de 2012. Assinam: Os participantes do Simpósio do Centenário do Movimento do Contestado: História, Memória, Sociedade e Cultura no Brasil Meridional, 1912 – 2012. Carta aprovada por aclamação na mesa final da sessão de Chapecó – UFFS. Disponível em: https://paulopinheiro.paginas.ufsc.br/2012/10/21/carta-do-irani-um-manifesto-cidadao/. Acesso em: 11 de abril de 2024.

Espig, Márcia Janete. "O trem do futuro e suas ciladas: a construção da ferrovia do Contestado." In *A guerra santa do Contestado tintim por tintim*, edited by R. R. Rodrigues, P.P. Machado, A.A. Tomporoski, D.J. Valentini, and M.J. Espig. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

Espig, Márcia Janete, e Paulo Pinheiro Machado, orgs. *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Fraga, Nilson Cesar, e Vanessa Maria Ludka. "100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro." *Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica* - Universidade Nacional de Colômbia. Bogotá, 2012.

Grupo Renascença Cabocla. "Grupo Renascença Cabocla." YouTube video, 4:35. Publicado em 11 de junho de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=MJwwpeGQmfI.

Hall, Stuart. "Quem precisa da identidade?" In *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, edited by Tomaz T. Silva, 113-133. Petrópolis: Vozes, 2008.

Jesus, Samir Ribeiro de. *Formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo do Planalto Serrano*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

Locks, Geraldo Augusto. *Identidade dos Agricultores Familiares Brasileiros de São José do Cerrito*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998.

Machado, Paulo Pinheiro. "Aula assíncrona 2: A formação do projeto sertanejo e a construção das Cidades Santas." YouTube, 05 de abril de 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P_rSmXRG5e0&t=237s. Acesso em: 12 de abril de 2024.

_____. "Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado." *Topoi* 12, no. 22 (2011). Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/g7TjcVHxBkHjZ85pwRxcQ7b/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 05 de outubro de 2023.

Martendal, José Ari Celso. *Processos produtivos e trabalho-educação: A incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, 1980.

Martins, P., e T. Welter. "Cultura Cabocla: uma identidade cultural em construção no mundo rural." *Temáticas* 14, no. 27 (2006): 139-153. Campinas, SP, 2006.

Moretto, Samira Peruchi, and Marlon Brandt. "Paisagens caboclas: agricultura e criação de animais no oeste de Santa Catarina." In *Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária*, edited by Ironita Adenir Policarpo Machado, Diego José Baccin, and João Carlos Tedesco. Passo Fundo: EDIUPF, 2019.

Paraíso, Márcia. "Terra Cabocla HD." YouTube video, 1:23:45. Publicado em 11 de setembro de 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5n6kplSnks4.

Pistorello, Daniela. "Iphan e Fundação Catarinense de Cultura: políticas para o patrimônio cultural do imigrante europeu em Santa Catarina na década de 1980." *Estudos de Cultura Material/Dossiê: Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva*. *Anais do Museu Paulista* 28 (2020).

Poli, Jaci. "Caboclo: pioneirismo e marginalização." *Cadernos do CEOM* 19, no. 23 (1991).

Renk, Arlene. "Expropriação do campesinato caboclo no Oeste catarinense." In *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*, vol. 1, edited by Godoi, Menezes, and Marin. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Renk, Arlene, e Adiles Savoldi. "Reconversão cabocla e invenção das tradições." *Revista Grifos* 25 (dezembro 2008).

Richter, Fábio Andreas. "A Guerra do Contestado: elaborações e transformações na Memória e Patrimônio Cultural." In *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal-RN, 2013.

Rodrigues, R. R., P.P. Machado, A.A. Tomporoski, D.J. Valentini, and M.J. Espig, eds. *A guerra santa do Contestado tintim por tintim*. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

Santa Catarina (Estado). Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte. Fundação Catarinense de Cultura. *Guerra do Contestado: 100 anos de memórias e narrativas*. Curadoria de Fernando Romero. Coordenação de Renata Cittadin. Florianópolis: Edições FCC, 2013.

Seyferth, Giralda. "Colonização, imigração e a questão racial no Brasil." *Revista USP*, São Paulo, n. 53 (2002): 117-149. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192. Acesso em: 18 abr. 2024.

Tonet, Dulce. "As mulheres do Contestado, uma introdução: cadê as mulheres que estavam aqui?" In *As identidades culturais no planalto catarinense: dinâmicas históricas e processos contemporâneos de construção da diversidade*, edited by Daniel Granada. Florianópolis: Edições do Bosque/UFSC/CFU/NUPPE, 2023.

Trento, Aline E., Vanessa M. Ludka, and Nilson C. Fraga. "Guerreiras imortais do contestado, as que tudo viam e faziam durante a guerra de extermínio." *Geographia Opportuno Tempore* 1 (2014): 272-292. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/20295. Acesso em: 05 de outubro de 2023.

Welter, Tânia. *O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo: um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

Wiik, Flavio B., and Eloi G. Muchalovski. "Os povos indígenas na região do Planalto Catarinense: dinâmicas históricas e permanências." In: *As identidades culturais no planalto catarinense: dinâmicas históricas e processos contemporâneos de construção da diversidade*, edited by Daniel Granada. Florianópolis: Edições do Bosque/UFSC/CFU/NUPPE, 2023.